

# Expansão Universitária e cotas raciais: o caso da UFSM

GT 25 – Educação e Desigualdade Social

Alcir Martins  
[alcir.martins@ufsm.br](mailto:alcir.martins@ufsm.br)

## RESUMO:

Partindo da análise das políticas governamentais nos marcos da expansão universitária no Brasil, pretendo avaliar a implementação de políticas de ação afirmativa, em geral, e das cotas raciais para negros nas universidades, em particular, no contexto de financeirização e mercantilização crescentes do sistema federal de ensino superior no Brasil, implicando um conjunto de provas e um processo de singularização (MARTUCCELLI, 2010(a); 2010(b)) peculiar para estudantes cotistas nas IES, avaliado a partir do acompanhamento da aplicação de ações afirmativas (cota racial) na UFSM.

**PALAVRAS-CHAVES:** universidade, cotas raciais, desigualdade.

Este texto pretende apresentar alguns elementos que integram minha pesquisa em curso no PPGCS – UFSM<sup>1</sup> sob o título provisório de “A expansão universitária e ações afirmativas: a experiência das cotas raciais na universidade brasileira”<sup>2</sup>.

Os elementos que trago aqui enfatizam aspectos de delimitação das políticas institucionais, em como elas se articulam, expressam, são defendidas e implementadas por seus proponentes num contexto de financeirização da educação que delimitam um padrão de ensino superior marcado pelo cumprimento dos ditames dos organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial.

Ao descortinar estes processos de interferência e redefinição das políticas para a educação de nível superior no Brasil, tento indicar duas formas pelas quais a chamada expansão universitária em andamento no Brasil atinge indivíduos nas distintas universidades públicas federais e comunidades acadêmicas que as compõe, denotando o caráter mercantilizador expresso por um modelo de universidade que se pretende capaz de responder aos ímpetus do capitalismo atual, pois, salvo bravos exemplos de resistência e crítica, está submetido a este.

Inicialmente parto das expressões discursivas que orientam a política educacional no Brasil e de que maneira elas foram tornando possível fazer sucessivas inflexões aos ditames de uma ordem internacionalizada que influencia de maneira tão forte quanto prejudicial a educação universitária no Brasil. Para este intento aproveito a contribuição de BOURDIEU (2000), FAIRCLOUGH (2001 e 2006) e LEHER (2004).

Adiante é necessário uma especial atenção ao processo político que tem permitido articular e aplicar todas as receitas externas que reconfiguraram e desfiguraram a universidade brasileira no último período. Cumpre apreender as gramáticas construídas e mobilizadas neste processo (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; BOLTANSKI, 2000; WERNECK, 2008), com especial destaque ao papel fundamental do *lulismo* como fenômeno político determinante na consecução dos objetivos do Banco Mundial para a educação superior na América Latina.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – RS / Brasil. Ver: <http://w3.ufsm.br/ppgcsociais>

2 Este projeto foi admitido para a turma que ingressou em 2012 e está sob orientação do Professor Doutor Ricardo Mayer <http://lattes.cnpq.br/8290536763719882>

A articulação entre estas duas primeiras partes nos impõe aproximar o olhar para dentro da rede de ensino superior brasileira e encontrar os efeitos e resultados já percebidos pelas comunidades acadêmicas em geral.

Por fim, ao aproximar ainda mais o olhar, temos uma atenção particular em acompanhar os estudantes que acessaram aos bancos acadêmicos através das políticas de ação afirmativa, no contexto da expansão universitária. Interessa-me aqui, friccionar de tal forma a sociologia da experiência (DUBET, 1996) e a sociologia do indivíduo (MARTUCCELI, 2010) que seja possível encontrar os entrecruzamentos entre distintos níveis de observação sociológica para auscultar a trajetória acadêmica dos estudantes e dela revelar os processos de singularização pelos quais os indivíduos se tornam indivíduos, permeados pelas políticas e outras dimensões do social.

### **Discurso e política**

O movimento ideológico imposto pelo capitalismo planetário em direção ao dito mercado globalizado, abarcou também a educação<sup>3</sup>. Distintos avanços foram empreendidos ao longo das últimas décadas mostrando a voracidade do mercado financeiro por sobre o sistema educacional nos países “em desenvolvimento” ou “em transição”.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no capítulo em que trata da Educação, abre a porta para o processo de financeirização. O artigo 209 da Carta magna brasileira vaticina “o ensino é livre a iniciativa privada”. E isto não se mostrou uma simples redação; claramente ocorreu o aumento vertiginoso da presença de instituições privadas com fins lucrativos tanto em número de instituições quanto em número de matrículas.

As instituições com fins lucrativos que inexistiam até 1988, somavam 1583 em 2006; enquanto que as privadas sem fins lucrativos se mantiveram num crescimento razoável – de cerca de 250 em 1988 para pouco mais de 400 em 2006 – acompanhando os reflexos da expansão universitária em curso no Brasil.

Aqui cabe estabelecer duas distinções. Primeiro que a financeirização e mercantilização da educação superior não se expressa apenas pela presença ampliada da iniciativa privada como “dona” de instituições e, em segundo lugar, que os reflexos mais impactantes deste processo de ajuste aos ditames do mercado, se dão justamente na rede de ensino federal, pública portanto; que inclusive tem crescido visivelmente nos últimos anos.

Sobre o tema da primeira ressalva – a rede privada de ensino superior – não tratarei detalhada ou diretamente aqui; no entanto cabe apresentar alguns dados a título de ilustração.

Na Tabela 1 é possível visualizar a evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil entre 2002 e 2011 quando percebe-se um crescimento histórico da rede pública de educação superior no Brasil de cerca de 46%, chegando a 284 instituições. Apesar disso e de um crescimento proporcionalmente menor, as instituições privadas somavam 2081 em 2011 e continuavam representando 88% do total das instituições universitárias no Brasil, abocanhando um crescimento de mais de 300% no número de matrículas no espaço de uma década e ficando com mais de 74% das matrículas nesse nível de ensino – 4.966.374 matrículas contra 1.773.315 matrículas nas instituições públicas.

A universidade brasileira, enquanto instituição é relativamente jovem se comparada com boa parte das academias da Europa. Aqui, como em toda a América Latina, e boa parte da Ásia e da África, o discurso *bancomunialista* aponta como imperioso que as universidades se “modernizem” e possam

---

3 Para uma sucinta e objetiva análise da ideologização que envolve a *comoditização* da educação superior ver PEREIRA, Larissa Dahmer. 2009).

contribuir com projeto de “integração nacional” ao mercado mundial.

Os documentos do Banco Mundial (BM<sup>4</sup> são taxativos quanto ao que se deve fazer: é preciso romper com todo e qualquer anacronismo que bloqueie o processo de modernização, entendida então como a mercantilização plena do ensino.

Os ditames *bancomundialistas* tendem a nomear contextos e enclausurar discursivamente os governos dos países aos quais prescrevem suas receitas. Outorgam a si a autoridade de quem sabe o que é melhor para o mundo e, por outro lado, utilizam seu poderio político-econômico de fiadores planetários da economia.

Para o Brasil, inserido na estratégia de potencializar um mercado atraente como o sistema educacional, o BM aponta como indispensável a destruição do modelo de universidade *humboldtiana*, de tipo europeu. Seria um arcaísmo manter instituições dedicadas ao tripé ensino-pesquisa-extensão, quando se pode explorar distintas modalidades de formação básica, a diversos custos, preços e lucros. Nesta premissa, ignora-se o compromisso social que se espera da universidade e tampouco considera-se a pesquisa como dimensão inerente da construção do conhecimento. Nesta formulação perversa encontra-se a busca por garantir um mercado consumidor que possa absorver tecnologia e conhecimento de segunda mão e isso dito de forma direta pelo BM que indica a compra de tecnologias “não obsoletas” já abandonadas pelos centros do capitalismo.

Aqui temos uma dimensão que mesmo não sendo diretamente mensurável em termos monetários ou de produção de valores, atinge a universidade pública por dentro, afetando sua perspectiva político-pedagógica de maneira profunda.

Todas as justificativas contidas nas elaborações oferecidas pelo BM ao mundo precisam ser entendidas como um discurso que é um modo de ação<sup>5</sup>, mas que não tem força por si para impor as mudanças que carrega (FAIRCLOUGH, 2006). A simples enunciação das fórmulas rapidamente listadas acima se convertem em práticas políticas apenas após a refração aos contextos específicos de cada país. É o que Fairclough (2006) define como recontextualização que exige entender e articular as dimensões materiais e simbólicas envolvidas na trama. Cabe aqui a compreensão de como estas políticas agem em consonância às frações dominantes em cada país.

Como este receituário não é novo; é preciso apontar as distintas recepções que já teve no país. Ao longo dos governos FHC (1994-2002) e Lula (2003-2010) percebe-se uma continuidade na aplicação dos referenciais do BM, da UNESCO e do Acordo de Bolonha para o ensino superior brasileiro. No entanto há uma ruptura na forma de recepção destas políticas que esta diretamente relacionada a história política recente do país.

### **A gramática lulista: justificando uma guinada**

É o próprio BM que mais um vez fala expressa e claramente: movimentos sindicais e estudantis fortes e governos fracos precisam ser removidos pois são obstáculos à aplicação da 'salvação' proposta.

Aqui há um corte necessário que nos leva a distinguir, por uma dimensão, os governos que se sucederam no Brasil. Não trata-se aqui de apontar qual governos seria “mais forte” ou “mais fraco” mas de entender por força das relações políticas distintas entre os dois governos e os movimentos sindical e estudantil, um vetor fundamental da intensidade com que os processos se constituíram.

Primeiramente, o governo de FHC, por sua explícita genuflexão ao neoliberalismo e à

---

4 Textos clássico do Banco Mundial como o de 1994 “Ensino Superior: Lições da Experiência” ou o de 2002 “Construindo sociedades do conhecimento: novos desafios para a educação terciária”, entre outros explicitam o papel e a função que deve ter o sistema universitário nos países considerados “em transição”.

5 Da perspectiva pragmática o discurso é prática. Por este prisma ver: SCHATZKI, Theodore; KNORR-CETINA, Karin; SAVIGNY, Eike Von. **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001.

modernização pelo mercado, angariou ao longo dos seus mandatos, constantes e intensas manifestações e oposições internas neste plano. Por outro lado, Lula e o núcleo do seu governo, de origem sindical na sua maioria, são considerados herdeiros do ascenso das massas – em particular as sindicalizadas – ocorrida nas décadas de 70 e 80, tendo plena confiança – quiçá controle – sobre as principais organizações estudantis e sindicais, com destaque para UNE e para a CUT. Este trunfo facilitou razoavelmente a “vida” do mandatário maior entre 2003 e 2010.

Resumidamente podemos apontar que FHC constituiu uma base legal com alguns fundamentos importantes para a financeirização que se agravaria nos mandatos do seu sucessor. Seu governo garantiu instrumentos como a LDB de 1996<sup>6</sup> e o PNE<sup>7</sup> de 2001. Na esteira disso e contando com a docilidade de setores outrora opositores da política federal, Lula deu avanços operacionais significativos para a constituição de um sistema universitário referenciado nas consignas *bancomundialistas* (LEHER, 2004).

Há aqui um movimento complexo de transmutação dos discursos e das práticas. A alquimia neoliberal levada a cabo por Lula<sup>8</sup>, revela-se com prova da requintada genialidade política da figura central do governo federal.

Algumas iniciativas foram requeitadas e agora assumidas como parte de uma construção desde as universidades. Muitos reitores assumem como seus os projetos que são apresentados pelo MEC. A recontextualização (FAIRCLOUGH, 2006) que se configurou na refração BM–Governo Federal é reeditada no âmbito MEC–IFES<sup>9</sup> desta vez contando com a sintonia entre opções políticas de muitos reitores que assumem, em muitos casos, estas propostas e programas como compromisso partidário ou ideológico.

Basicamente a Expansão Universitária em curso no período lulista caracteriza-se por três políticas: o PROUNI, a expansão da Educação à Distância e o REUNI.

A primeira delas, o PROUNI – Programa Universidade para Todos, criado por Medida Provisória em 2003 e convertido em Lei em 2005, é a principal estratégia de ampliação da presença do setor privado no ensino superior garantindo significativas isenções fiscais. Segundo estimativa da ANDIFES<sup>10</sup>, em estudo apresentado em 2004, com um investimento de R\$ 1 bilhão seria possível criar 400 mil vagas em cursos noturnos nas universidades públicas federais, ao passo que, com uma estimativa de renúncias e isenções da ordem de R\$ 3 bilhões gerariam cerca de 140 mil vagas, “compradas” das instituições privadas (LEHER, 2004. p. 878-879).

Em segundo lugar, a participação dos setores público e privado na educação a distância (EaD) se deu com a liberação expressa no Decreto 5622, de 2005. Por este instrumento fez-se possível uma expansão vertiginosa da oferta desta modalidade, de menos de 50 mil em 2003 para quase um milhão em 2011, segundo dados do INEP<sup>11</sup>, com uma predominância de quase cinco vezes do setor privado sobre o público. A expansão da modalidade EaD e sua institucionalização na rede federal via UAB<sup>12</sup> merecem um olhar à parte pois evidenciam uma reformulação pedagógica e da perspectiva da educação

6 Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também chamada de Lei Darcy Ribeiro.

7 Plano Nacional de Educação. Recentemente “atualizado” ainda não avançou significativamente na perspectiva do financiamento da educação pública, entre outras questões, pois segue amarrado a princípios balizadores das receitas do BM.

8 Chamo aqui de alquimia neoliberal de Lula, a busca pela justificação e defesa de diferentes políticas – entre elas a Reforma Universitária – utilizando no discurso oficial/governista reconfigurações na relação entre público e privado, expressando em um forma “pública” ou de corte “social”, um conteúdo extremamente privado e privatista.

9 Instituições Federais de Ensino Superior.

10 Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ver em [www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br).

11 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 1995-2011**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> .

12 Universidade Aberta do Brasil, ver [www.uab.capes.gov.br](http://www.uab.capes.gov.br).

superior para além da simples e necessária incorporação das tecnologias da comunicação e da informação ao ambiente educacional universitário.

Finalmente, vemos a consolidação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Pedra de toque da política e dos formuladores do MEC durante o Governo Lula, o REUNI é um esforço institucional de ampliação da rede pública, no entanto, notadamente incentiva e amplia processos formativos e carreiras que atendem o perfil mercadológico atual e inclusive incorpora para dentro das universidades federais modelos gerenciais altamente mercantis, com ênfase no produtivismo e no mercantilismo acadêmicos.

Listados estes três pilares básicos sobre o qual se assenta a Expansão Universitária de que falamos, buscamos indicar porque foi possível implantar com tanta profundidade este perfil de políticas anteriormente rechaçadas pelas comunidades acadêmicas e pelos movimentos estudianti e sindical.

Vemos em cada espaço de interlocução ou arena discursiva, a existência de uma gramática (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) específica e supostamente adequada a cada contexto peculiar. Nestes termos é visível e elogiável a capacidade de trânsito de Lula por este debate, mobilizando diferentes gramáticas na perspectiva da conciliação que caracterizou seus governos. A proposta de conciliação, embora não possa ser detalhada neste texto, é central para que se entenda por que com Lula, foi aceito e aplicado o receituário combatido quando proposto por FHC.

### **Reflexos da “nova” receita nas universidades federais brasileiras**

Para fins do recorte deste texto, Reforma Universitária é o conjunto de medidas, leis, decretos, políticas públicas e regulações apresentadas a partir de 2004, com destaque ao tripé listado acima: PROUNI, EaD e REUNI.

Dentre outras coisas, esta Reforma buscou justificar-se na meta do PNE para o período 2001-2010 que era a ampliação em 30% do número de jovens entre 18 e 24 anos nos cursos superiores. Isto exigiria dobrar os percentuais daquele momento, no início dos anos 2000.

A diversificação das IFES, postulada pelo BM, concretiza-se no país. Cada vez mais centros ou faculdades isoladas concorrem para a fragmentação e desregulamentação do ensino superior no Brasil. Esta balcanização desenfreada e estimulada pelo potencial lucrativo que os cursos de formação básica, em geral de curta duração, oferecem aos setores do “capitalismo acadêmico”, também tende a quebrar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Dadas as baixas exigências para o credenciamento, podemos acreditar que pouco mais de 22% dos estudantes universitários<sup>13</sup> efetivamente convivem com esta referência.

Além disso, diversas investidas por sobre a autonomia universitária se acumularam ao longo da implantação do REUNI. A expansão com a criação de cursos e campi não fez acompanhar-se de manutenção ou aumento da qualidade.

Entidades representativas como ANDES<sup>14</sup> e FASUBRA<sup>15</sup> denunciam permanentemente as limitações na qualidade das universidades com implicações laborais, arrocho salarial e descumprimento de prerrogativas inerentes às universidades.

Assim como a ampliação da presença fundacional e das terceirizações nas instituições públicas são outras das facetas privatistas mascaradas sob um verniz de ampliação de alcance e acesso à universidade; amalgamando práticas anteriormente combatidas ao repertório de ações privatizantes do

13 As Universidades Públicas, excluídas as municipais, somavam 22% das matrículas no Censo do INEP de 2006.

14 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

15 Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil- <http://www.fasubra.org.br/>

governo; atualmente está em aberto um processo de privatização aberta das universidades. Falo aqui da EBSERH<sup>16</sup>.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é, a um golpe só, a expressão da concepção de gestão para o mercado e da premeditada destruição do modelo de universidade construído até então.

Apresentada através da MP 520 no último dia do mandato de Lula, em 2010, a EBSERH, finalmente aprovada como lei em 2011, representa a passagem da gestão de considerável patrimônio público para uma empresa de direito privado, explicitamente regulada pelas leis de mercado, para tratar de – pasmem – atendimento à saúde. Os Hospitais Universitários que atendem integralmente pelo Sistema Único de Saúde – SUS passam a atuar atendendo planos de saúde privados e, no cerne dos ataques à universidade *humboldtiana*, atacam a autonomia universitária e destroem a tríplice atuação no ensino-pesquisa-extensão<sup>17</sup>.

### **Dando “zoom”: construindo um olhar para as trajetórias estudantis**

Aproximando o olhar para a vida que se desenrola dentro das instituições, permeadas por todos estes debates e disputas apontadas acima, pretendo acompanhar como ocorre a experiência (DUBET, 1996) na trajetória acadêmica de estudantes que ingressam nas Universidades neste contexto da expansão universitária.

Aqui trata-se de uma tentativa – inacabada ainda – de acompanhar e descrever os processos e procedimentos nos quais os jovens inscrevem-se à cultura acadêmica.

Dentre as implicações da adoção do receituário *bancomundialista* muitas incorrem em alterações didático-pedagógicas, especialmente em cursos novos, com acentuada influência dos ideais de empregabilidade e integração ao mercado. Há então uma confluência dos elementos macropolíticos para o decurso das vivências acadêmicas nas quais estudantes vão se construindo, se singularizando (MARTUCCELLI, 2010-b).

É fato que hoje temos uma ampliação considerável da presença de jovens na universidade. Há um cenário novo. Muitos jovens são os primeiros representantes de suas famílias a lograr acesso ao ensino superior. No entanto interessa investigar como tem se dado esta “chegada” aos bancos universitários no contexto supracitado da financeirização do ensino superior ao passo que, em que pese algumas mudanças na sociedade brasileira na última década, ainda somos um país cortado por profundas desigualdades.

A análise desta desigualdade não será detalhada neste texto, por questões óbvias, porém é preciso indicar que é necessário, no contexto desta pesquisa, entendê-la de duas formas relacionadas e distintas. A desigualdade material deve ser entendida nas suas raízes históricas desde o processo de colonização e no processo de implantação de um capitalismo subalterno no país<sup>18</sup>.

No entanto, pretendo trabalhar com a articulação destas questões num plano microssociológico. Não se trata, nem de longe de desconhecer a pertinências das questões estruturais, porém, na perspectiva do indivíduo há que ver como a vida pulsa no interior da universidade, permeada por todas estas questões.

Um outro detalhe nada desprezível é que a chegada dos jovens à universidade coincide com mudanças que não são apenas políticas do ponto de vista da estruturação ou financiamento das instituições: há implicações pedagógicas profundas no tipo de formação que se procura construir.

16 Para mais informações ver <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1420345967.pdf>

17 As universidades que já “aderiram” à empresa comprovam o término do HU como espaço de Hospital Escola. Regulada pelo mercado, a EBSERH obstrui a atuação de docentes, pesquisadores e estudantes.

18 Para situar algumas referências básicas na constituição deste tema de estudo no Brasil ver HOFBAUER, 2006; FREYRE, 2006; FERNANDES, 1978.

Devidamente entramada por sistemas de avaliação exigentes em aspectos quantitativos que definem status e financiamento às universidades, cursos ou programas, a universidade que acolhe praticamente o dobro de estudantes do que recebia uma década atrás<sup>19</sup> privilegia aspectos e formações específicas – explica-se neste enredo a explosão dos cursos tecnólogos e de diversas novas carreiras afeitas ao perfil desejado pelo mercado.

Ao percorrer este espaço os estudantes se deparam com desafios constantes e muitas vezes desconhecidos no processo de fixação (permanência) no meio acadêmico. O discurso oficial, via de regra, exorta, os números do acesso mas nos dados do SINAES porém o que vemos são queixas e ampliadas reivindicações estudantis e de outros setores da comunidade acadêmica de maiores investimentos na permanência dos estudantes, tanto no ponto de vista de recursos e estrutura quanto à reordenamentos institucionais e pedagógicos. Temos assim dois eixos para verificar a permanência: material e simbólica.

Permanência material implica recursos e estrutura material e financeira. Permanência simbólica engendra a constituição de uma nova cultura institucional que permita ao estudante construir pertencimento e engajamento na universidade e na vida acadêmica. Isso implica mudanças pedagógicas e culturais significativas (SILVEIRA, 2013).

A proposta de pesquisa é perceber a experiência individual, submetida a uma instituição repleta de ritos e formalidades que são novas e desafiadoras, quando não raramente, também são óbices ao percurso acadêmico.

Indo além, podemos indicar que a vivência do estudante cotista na universidade está submetida a provas que precisam ser entendidas para que possamos singularizar nossa análise e romper com visões deterministas ou estruturais (MARTUCCELLI, 2010(b)) e assim chegar a: 1) uma compreensão da mobilização de recursos dispendidos pelo estudante e 2) informar a ação institucional no sentido de potencializar os resultados verdadeiramente inclusivos, pretensamente buscados pelo programa criado em 2007.

Para lograr este intento proponho a aplicação de questionários semi-estruturados que deverão auscultar diferentes dimensões da vida dos estudantes e buscar encontrar as práticas pelas quais subjazem a inserção individual a um espaço coletivo atravessado por distintas dimensões sócio-políticas, buscando realizar também um inventário de ritos e procedimentos integrantes da vida acadêmica – acesso e utilização dos serviços e setores da instituição; possibilidade de aquisição de materiais diversos, integração e convivência com grupos e indivíduos distintos – e dar conta de uma avaliação do ambiente institucional no que envolve as condições oferecidas aos estudantes cotistas.

Esta abordagem nos aponta algumas dimensões que se mostram logo como indispensáveis para o entendimento e aplicação da noção de prova sendo então possível estabelecer o diálogo entre as propostas teórico-metodológicas de MARTUCCELLI e HASENBALG. Antes da chegada ao ambiente universitário, acompanhar o processo de realização econômica (HASENBALG, 2005), levantando escolaridade e renda familiar, entre outros elementos, é fundamental para a compreensão de como cada estudante reage às provas e perceber que, as desigualdades que existiam antes do ingresso, ao contrário de se extinguirem, se mantêm e expressam ao longo da vida acadêmica.

---

19 Dados oficiais podem ser obtidos em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>

## Referências:

1. BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. **De la justificación: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
2. BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
3. DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Instituto Piaget, 1996. Col. Epistemologia e Sociedade.
4. FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
5. \_\_\_\_\_. **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.
6. FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1978.
7. FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.
8. HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.
9. LEHER, Roberto. **Para silenciar os campi**. Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, nº 88. p. 867-891. Outubro de 2004.
10. MACÁRIO, E. SOBRAL DO VALE, E. e ALVES, D. Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada. In.: **Universidade e Sociedade** / Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior – Ano XXII, nº52, Brasília-DF, 2013. p. 6-19.
11. MARTUCCELLI, Danilo. **La société singulariste**. Paris: Armand Colin, 2010
12. \_\_\_\_\_. La individuación como macrosociología de La sociedad singularista. In.: **PERSONA Y SOCIEDAD** / Universidad Alberto Hurtado. Vol. XXIV. N° 03, 2010 (b). P. 9-29.
13. MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2006.
14. PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do Ensino Superior, educação a distância e serviço social. **Revista Katál. Florianópolis** v.12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.
15. PINTO, J.M.R. O acesso à educação superior no Brasil. In: **Educação e Sociedade**, v.25 n. 88, p. 727-756, Campinas, São Paulo:2004.
16. SILVEIRA, Paulo Roberto *et al.* Monitoramento, permanência e promoção da diversidade: as ações afirmativas em risco na Universidade Federal de Santa Maria-RS. In.: SANTOS; Jocélio Teles dos. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAQ, 2013.
17. TRINDADE, Hélgio. O discurso da crise e a Reforma Universitária necessária da Universidade Brasileira. IN.: **Las Universidades em America Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financeiro**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 161-180. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109021739/9trindade.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2013.
18. \_\_\_\_\_. **A República em tempos de Reforma Universitária: o desafio do governo Lula**. Educação e Sociedade, Campinas (SP), vol. 25, nº 88, p. 819-844. Especial. Outubro de 2004.



19. WERNECK, Alexandre. Uma definição sociológica do “dar” uma desculpa: do senso comum a uma abordagem pragmatista. IN.: MISSE, Michel. **Acusados e acusadores: estudo sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008. Cap, 2. p. 33.

## Anexo

**Tabela 1**

<b><u>Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2002 – 2011</u></b>		
<b><u>Dados do INEP</u></b>		
	2002	2011
PÚBLICAS	195	284
PRIVADA	1442	2081